

Reconhecimento e Evidenciação nas Demonstrações Contábeis de Investimentos no meio ambiente: um estudo de caso na Petrobrás no período de 2001 a 2003

Autores

LEONARDO NUNES FERREIRA

Universidade Católica de Brasília

PAULO CÉSAR CHAGAS

Universidade de Brasília - UNB

ANTONIA NETA ANDRADES BESSA

Universidade Católica de Brasília

Resumo

Atualmente, as empresas estão se apercebendo que a sua atuação, responsável, perante o meio ambiente está sendo observada por clientes, investidores e fornecedores. Sendo assim, as iniciativas, na área ambiental, estão se tornando um diferencial competitivo. Os empresários durante muitos anos resistiram em investir na área ambiental, por pensar que tais investimentos reduziram o resultado da empresa. Os procedimentos na área do meio-ambiente podem ser visualizados com a utilização da Contabilidade Ambiental, a qual poderá evidenciar e reconhecer seu empenho e cumprimento de sua responsabilidade ambiental. Assim, tornou-se muito importante obter informações objetivas e claras sobre a postura ambiental adotada pelas empresas. O presente artigo apresenta estudo realizado nas Demonstrações Contábeis da Petrobrás nos anos de 2001, 2002 e 2003. No material analisado, verificou-se que as informações disponibilizadas a respeito dos investimentos ambientais não são suficientes. Observou-se a necessidade de se disponibilizar dados sobre o sucesso desses investimentos, a evolução dos impactos de natureza ambiental sobre os resultados de cada período, bem como dos passivos ambientais da empresa. Logo, percebe-se que a Contabilidade possui um papel fundamental no processo de gestão ambiental.

1. Introdução

A sociedade atualmente tem estado muito preocupada no que diz respeito ao meio ambiente e sua preservação, exigindo das empresas um comportamento consciente e saudável. Neste contexto, as exigências crescentes, verificadas num mercado globalizado e cada vez mais competitivo, têm levado as empresas a buscarem informações mais atualizadas, tanto no âmbito financeiro como no âmbito social, surgindo, a partir disso, a necessidade de planejar a relação custo/benefício.

Apesar da Contabilidade ser considerada uma poderosa ferramenta para este processo, o que se verifica, na atual conjuntura das empresas brasileiras, é um baixo grau de conhecimento e aplicação da contabilidade ambiental.

Denardin e Vinter (2003) relatam que em função das questões ambientais os consumidores passaram a exigir informações a respeito das características dos produtos ofertados no mercado, assim como os impactos, do processo produtivo, ao meio-ambiente.

Portanto, boas iniciativas ambientais podem vir a proporcionar manutenção de lucratividade, bem como aumento de participação de mercado.

A tecnologia da informação trouxe algumas mudanças no comportamento da sociedade e das empresas. Hoje, com a maior transparência da informação, os consumidores passaram a ter mais participação na vida corporativa, acarretando novas contingências no ambiente empresarial.

Hoje em dia muito se fala que as organizações precisam apresentar responsabilidade social paralelamente a sua performance produtiva. A responsabilidade social pode ser definida como a forma de conduzir os negócios da empresa, de maneira responsável, preocupando-se com o desenvolvimento social da sociedade como um todo. Logo, as empresas estão percebendo que investir no meio-ambiente, e em causas sociais, é um bom negócio.

Essa mudança na cultura organizacional advém do intenso trabalho de ecologistas que disseminaram suas idéias de consciência e responsabilidade social entre a população, adquirindo a simpatia por parte dos governantes, das Organizações Não-Governamentais - ONG's e Conselhos que estabelecem regras e padrões por meio de acordos, tratados e regulamentações do comércio e crédito internacional.

A necessidade da elaboração de padrões internacionais para a certificação, abrangendo todo o ciclo de vida do produto, desde a produção até o descarte, bem como o estudo racional de todas estas etapas, tem como objetivo prezar pela integridade do ar, água, solo, bem estar dos colaboradores envolvidos no processo.

O sistema de padronização, com maior respaldo em nível mundial, é a ISO 14000. Esta representa uma organização, com origem na Suíça, em 1947, denominada *International Standardization Organization* - ISO, que trabalha em prol de padrões e normas reconhecidas internacionalmente. A série ISO 14000 é recente, 1996, sendo composta de diretrizes básicas relacionadas à gestão ambiental, aplicadas a qualquer tipo de empresa, onde seu sucesso estará intimamente relacionado ao tipo de política ambiental adotada, conforme a atividade da empresa, fluxo produtivo e focos de poluição, porte da organização, condições financeiras e conscientização dos colaboradores.

A norma ISO 14000 não tem o poder de determinar critérios que garanta um sucesso integral do programa, mas formula políticas, descreve objetivos e atende especificações legais, gerando e apresentando informações sobre impactos ambientais e sua influência na tomada de decisão. Este tipo de programa visa uma melhoria e auto-avaliação contínua, por meio da implementação, manutenção e aprimoramento do sistema, bem como a avaliação por instituições externas e competentes para a obtenção da certificação/registo ambiental, a fim de demonstrar à sociedade o comportamento responsável.

Em função da contextualização apresentada acima, este trabalho tem como questão de pesquisa, verificar de que maneira a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás está reconhecendo e evidenciando nas Demonstrações Contábeis os investimentos no meio ambiente.

O objetivo geral deste artigo é demonstrar de que forma a Petrobrás está reconhecendo e evidenciando os investimentos no meio-ambiente em suas Demonstrações Contábeis. Os objetivos específicos são os seguintes: (a) conhecer a Petrobrás; (b) identificar quais são as políticas de preservação do meio-ambiente que estão sendo adotadas pela Petrobrás; (c) conhecer e, se possível, identificar as políticas contábeis da Petrobrás, para o reconhecimento e evidência dos investimentos no meio-ambiente; (d) estudar e analisar as Demonstrações Contábeis da Petrobrás - nos exercícios sociais de 2001, 2002 e 2003 - no que se refere a contabilização dos investimentos ambientais.

Gestão Ambiental e Contabilidade Ambiental é um tema de grande relevância que envolve uma enorme complexidade. Sendo assim esta pesquisa não tem por objetivo: (a) estudar as normas contábeis brasileiras e internacionais a respeito do tema; (b) propor um modelo de reconhecimento e evidenciação nas Demonstrações Contábeis dos investimentos ambientais; (c) estabelecer uma relação quantitativa do retorno sobre os investimentos realizados; (d) realizar uma análise crítica a respeito dos procedimentos adotados pela empresa; (e) analisar os procedimentos da empresa sobre os aspectos legais e fiscais.

De acordo com Vergara (2000) as pesquisas podem ser classificadas quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins a pesquisa foi exploratória, uma vez que os estudos a respeito de Contabilidade Ambiental ainda são incipientes. Para a execução da pesquisa exploratória realizou-se um estudo de caso, que teve como suporte a análise de documentos da Petrobrás, principalmente no que se refere às Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2000, 2001 e 2002. Realizaram-se, também, pesquisas de cunho bibliográfico junto a livros, revistas e internet.

A seleção da empresa Petrobrás foi realizada de forma intencional, uma vez que há muita dificuldade de conduzir pesquisas científicas a respeito do desempenho das empresas, visto que, em muitas ocasiões, as pesquisas são percebidas com certa “desconfiança”.

2. Contabilidade Ambiental

2.1 Conceito

A Contabilidade, no decorrer do tempo, vem acompanhando as evoluções da atividade econômica, onde gradativamente ocorrem o aprimoramento das técnicas contábeis a respeito de identificação, mensuração e evidenciação dos fatos contábeis que causam mutações no patrimônio.

No que se refere ao objetivo da Contabilidade Iudícibus e Marion (2000, p. 19) prescrevem: “O objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários”.

O tradicional sistema da contabilidade vem sendo aprimorado ao longo dos anos, ajustando-se às necessidades de informação de seus diversos usuários. Logo, com o aumento das obrigações relacionadas à proteção ambiental, as Demonstrações Financeiras têm novos desafios relacionados à padronização de normas e procedimentos contábeis.

A definição de Contabilidade Ambiental não diverge do conceito tradicional. De acordo com Sousa et al (2001): “A Contabilidade Ambiental estuda o patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades”. Dessa forma o foco da Contabilidade Ambiental é a gestão do patrimônio ambiental.

No sentido de atender às exigências de informações econômico-financeiras ambientais, a Contabilidade Ambiental vem, gradativamente, se desenvolvendo. Isso se deve ao fato de que a disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo mundo.

2.2 Ativo Ambiental

Inicialmente, torna-se necessário conceituar o que é ativo. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 283), os ativos possuem a seguinte definição: “benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados”.

Na mesma linha de raciocínio, Ribeiro (1998, p. 57) afirma que: “Os ativos são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados e dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros”.

É um recurso controlado por uma empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para empresa, como por exemplo, a redução ou prevenção de possível contaminação ambiental resultante de futuras operações e conservação do meio ambiente.

Martins e Luca (1994, p. 26) apresentam a seguinte definição: “Ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser segregados em linha à parte no Balanço Patrimonial”.

O ativo ambiental pode ser entendido como o conjunto de bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, incluindo os gastos efetuados com conservação ambiental ou com a prevenção e redução de danos ambientais potenciais.

2.3 Passivo Ambiental

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 283) os passivos podem ser definidos como:

Sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos decorrentes de obrigações presentes de uma dada entidade, quanto à transferência de ativos ou prestação de serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados.

Segundo o IBRACON (1996, p. 5), conceitua-se passivo ambiental: “como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio-ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”.

De acordo com Martins e Luca (1994, p. 27), o passivo ambiental pode ser definido como “benefícios econômicos que serão sacrificados em função de obrigação contraída perante terceiros para preservação e proteção ao meio-ambiente”.

Em função das considerações apresentadas pode-se inferir que o passivo ambiental é o conjunto de obrigações, contraídas de forma voluntária ou involuntária, que exigem a adoção de ações de controle, preservação e recuperação ambiental.

2.4 Reconhecimento e evidenciação

A Contabilidade, sendo fonte de informações, desenvolve em seus conceitos e métodos, formas de registrar e mensurar atos e fatos patrimoniais relativos ao meio ambiente. Com esse propósito, apresenta-se neste estudo algumas formas de evidenciação e o

reconhecimento dos investimentos e despesas ambientais nas Demonstrações Contábeis, que estão sendo estudados e propostos academicamente.

O reconhecimento dos custos ambientais pela Contabilidade está sendo uma tarefa demorada a ser assumida pelas empresas, devido aos diversos fatores: altos custos, inexistência de legislação ambiental, os movimentos populares, atenção aos anseios dos consumidores.

Inicialmente pode-se falar a respeito dos altos custos para aquisição de tecnologias necessárias para contenção, redução e/ou eliminação de resíduos tóxicos. Sendo bastante elevados, os processos tecnológicos em desenvolvimento.

Outro fator é que a legislação sobre o assunto é relativamente recente, e as penalidades contidas nas leis mais antigas não serviam como instrumento inibidor para seus infratores, já que era menos oneroso para a empresa arcar com os encargos de uma multa do que adquirir equipamentos antipoluentes.

Os movimentos populares não eram fortes o bastante para unir e conscientizar toda sociedade e os consumidores, por isso não associavam a atuação e comportamento da empresa ao consumo de seus produtos.

Quando se fala de reconhecimento do passivo ambiental, Ribeiro (2002, p. 10), que tem o seguinte entendimento:

Pode ser espontâneo ou obrigatório. É considerado espontâneo quando houver consciência de responsabilidade social. Exemplo: a empresa adotou procedimentos incorretos, mas tem ciência da necessidade de correção destas ações e a faz tão logo tenha conhecimento, disponibilidade financeira. Já o reconhecimento obrigatório ocorre mediante o reconhecimento de comunicado legal que o imponha à organização.

A Contabilidade deverá buscar um meio de evidenciar as práticas ambientais, demonstrando o desempenho periódico ou contínuo das empresas, constituindo-se em um adequado sistema de informações quanto à política ambiental.

3. Gestão Ambiental

3.1 As empresas e o Meio Ambiente

As empresas têm adotado frente às exigências da sociedade uma postura mais ética no tocante do meio-ambiente. A preocupação em implantar políticas ambientais é uma necessidade que implica na conquista de novos clientes e conservação dos que já existem, bem como em garantir credibilidade frente a fornecedores e instituições bancárias.

A competitividade é uma das conseqüências do alto índice de industrialização, onde a oferta muitas vezes é maior que a procura, onde o desafio para as empresas consiste em estimular a procura. Outra conseqüência é a degradação ambiental, representada pela exaustão e poluição dos recursos naturais, o que exige dos administradores uma reavaliação de conceitos no estilo de administrar, em função de um desenvolvimento sustentável.

As empresas que atentarem a nova tendência e necessidade de comportamento ambiental, e adotarem mecanismos de prevenção, utilizando uma boa dose de senso de oportunidade, converterão as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócio.

De acordo com Nunes (2002, p. 2), a implantação de políticas ambientais nas empresas estão sendo utilizadas como *marketing*:

De forma inteligente, algumas empresas tentam transformar o meio ambiente em vantagem competitiva, ou seja, em vez de encarar as obrigações ambientais como uma desvantagem financeira, as empresas estão reconhecendo, cada vez mais, as oportunidades competitivas na prevenção da poluição, nas tecnologias não prejudiciais às pessoas e nos produtos que respondem bem ao meio-ambiente.

As empresas estão percebendo que as transparências das questões ambientais, estão tornando um diferencial competitivo, como prescreve Raupp (2002, p. 47):

As empresas começaram a se dar conta de que as medidas de proteção ambiental não surgiram para prejudicar ou impedir o crescimento e o desenvolvimento econômico e, sim, como mais uma meta a ser atingida, no propósito de torná-las competitivas e agregar valores aos seus produtos no cenário globalizado do mundo atual.

3.2 Sistema Gestão Ambiental - SGA

Como consequência das diversas pressões estabelecidas pela sociedade civil e pelos governos, as empresas passaram a adotar medidas para proteger e conservar o meio ambiente, com o objetivo de alcançar um desempenho ambiental de alta qualidade.

A aplicação de sistemas de gestão ambiental é estritamente voluntária, sem obrigatoriedade legal, mas é possível considerar estes sistemas como leis de mercado, pois este tipo de certificação influencia diretamente na escolha do produto por parte dos consumidores.

A implementação da gestão ambiental pode oferecer vantagens para a empresa e para o cliente, como prescreve Vale *apud* Denardin e Vinter (2003, p. 3):

Entre as vantagens para a empresa estão: a criação de uma imagem “verde”; acesso a novos mercados; redução e/ou eliminação de acidentes ambientais, evitando, com isso, custos de remediação; incentivo ao uso racional de energia e dos recursos naturais; redução do risco de sanções do Poder Público (multas) e facilidade ao acesso a algumas linhas de crédito. Referente aos consumidores, estes possuirão maiores informações sobre a origem da matéria-prima e composição dos produtos, podendo optar, no momento da compra, por bens e serviços menos agressivos ao meio ambiente.

Outra vantagem é a questão da competitividade, segundo Denardin e Vinter (2003, p. 3): “Além de promover a redução dos custos internos das organizações, a implementação de um sistema de gestão ambiental aumenta a competitividade e facilita o acesso aos mercados consumidores”.

Cavalcanti *apud* Denardin e Vinter (2003, p. 4), expõem uma desvantagem da ISO 14000:

A Série ISO 14000 vai representar um grande problema para os países em desenvolvimento, como o Brasil, pois estes países serão obrigados a se adequarem aos padrões estabelecidos pelos países desenvolvidos, podendo aumentar, ainda mais, as desigualdades econômicas e sociais entre o primeiro e o terceiro mundo.

Tibor e Feldman *apud* Denardin e Vinter (2003, p. 4), reportam mais uma desvantagem: “Outro problema enfrentado pelos países em desenvolvimento serão os rótulos ambientais (Selo Verde), pois os programas de rotulagem, por sua falta de flexibilidade, poderão representar futuramente barreiras e restrições ao comércio internacional”.

O modelo de gestão ambiental sugerido pela série ISO 14000 norteia-se pelos seguintes princípios: (a) definir políticas ambientais; (b) planejar; (c) executar os mecanismos; (d) controlar; (e) avaliar e criticar periodicamente.

Inicialmente é preciso definir políticas ambientais e comprometê-las com o seu SGA. Em seguida, fazer o planejamento visando alcançar as metas. A execução irá mostrar os efeitos dos mecanismos estabelecidos no planejamento. O controle, que é algo importantíssimo, busca validar a eficiência das metas adotadas. Em seguida discute-se a adoção de uma prática constante de avaliação e crítica que tem como objetivo o aperfeiçoamento do SGA, onde seu principal subsídio para a execução é o quarto princípio: o controle.

Um SGA eficaz pode auxiliar a empresa no gerenciamento, mediação e melhoria dos aspectos ambientais de suas operações, levando-a a uma conformidade mais eficiente com os requisitos ambientais obrigatórios e voluntários, podendo ainda auxiliar a empresa na adoção de novas posturas que produzam mudanças culturais e comportamentais, à medida que as práticas gerenciais ambientais forem sendo incorporadas às operações do negócio.

Uma das funções de um SGA é o incentivo à reciclagem, uma vez que a empresa passa a buscar matérias-primas e processos produtivos menos impactantes, passando a racionalizar o uso dos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Dessa forma, a implantação do SGA poderá possibilitar o desenvolvimento de processos produtivos mais limpos, bem como de produtos menos nocivos ao meio ambiente.

Por outro lado às empresas que não implantam um SGA poderão ter dificuldade em relação às barreiras não tarifárias, impostas por países mais desenvolvidos, pois um sistema de normatização ambiental, como a série ISO 14000, pode abrigar em suas entrelinhas mecanismos de proteção de mercado.

3.3 Mecanismos de gestão ambiental

Tem-se discutido muito sobre qual a melhor forma das empresas conciliarem seus processos produtivos com a questão ambiental. Em resposta a esta necessidade surgiram normas e processos, que através de um SGA, auxiliarão no controle do impacto causado pelas suas atividades no meio ambiente.

Na perspectiva dos usuários a obtenção de informações a respeito das questões ambientais, passa pelo desenvolvimento de alguns mecanismos para agilizar o processo informativo que visam facilitar o atendimento. Dentre esses mecanismos pode-se citar o *International Organization for Standardization* - ISO e a Agenda XXI.

No Brasil, a ISO é representada pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT, que participa dos comitês e tem direito a voto na organização. Além disso, a ABNT também trabalha como certificadora credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, que é o responsável por credenciar as certificadoras brasileiras.

A concepção da ISO 14.000 surgiu das discussões de desenvolvimento sustentável durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada de 3 a 14 de junho de 1992, a ECO 92 - conhecida como Rio-92. Neste evento compareceram delegações nacionais de 179 (cento e setenta e nove) países.

A ISO 14000 e seus desdobramentos, que compreende um conjunto de normas ambientais, não obrigatórias e de âmbito internacional, elaborada recentemente, 1996, possibilita a obtenção da certificação ambiental, porém esta só pode ser obtida por uma determinada empresa se a mesma implementar um SGA. Este visa reduzir desperdícios, quantidade de matéria-prima, de água, de energia e de resíduos usados e obtidos durante o processo de produção, tentando dessa forma minimizar os impactos ambientais e estar de acordo com a legislação ambiental.

Em função da ECO 92 publicou-se a Agenda XXI, que é um programa de ação baseado em um documento de 40 (quarenta) capítulos que trata da proteção ambiental, da justiça social e da eficiência econômica.

Quando se discute a questão da Gestão Ambiental, em particular a Contabilidade Ambiental deve-se consultar o Capítulo 8 da Agenda XXI. Esse capítulo relata a necessidade da integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na tomada de decisões em função dos seguintes aspectos: (a) integração entre o meio-ambiente e desenvolvimento nos planos políticos, de planejamento e de manejo; (b) estabelecimento de uma estrutura jurídica e regulamentadora eficaz, para integrar eficazmente o meio ambiente; (c) utilização eficaz de instrumentos econômicos e incentivos de mercado e de outros tipos; (d) estabelecimento de Sistemas de Contabilidade Ambiental e Econômica Integrada. É importante que os procedimentos brasileiros de contabilidade sejam desenvolvidos com vistas a uma estrutura comum que permita incluir as contas decorrentes da questão ambiental que não estão evidenciados pela contabilidade convencional.

A certificação ISO 14000 auxiliará as empresas que vêm a preservação ambiental não como um empecilho, mas como um fator de sucesso para se posicionarem no mercado, ou seja, uma oportunidade de ascensão regional, nacional e internacional. Esta certificação abre um leque de opções às empresas. Uma delas poderá ocorrer por meio de um trabalho sério e transparente advindo do *marketing*, que apresenta não só produtos bem elaborados, mas também uma consciência social em relação ao desenvolvimento sustentável.

3.4 O papel da contabilidade na gestão ambiental

Somente com uma divulgação eficaz e verdadeira os agentes interessados na empresa poderão ter instrumentos para análise, acompanhamento e comparação da conduta ambiental da empresa e de seu real estado patrimonial. Portanto, as empresas necessitam de parâmetros, normas e procedimentos para mensurarem, registrarem e evidenciar com certo nível de exatidão os itens econômico-ambientais.

O profissional de contabilidade poderá participar, de forma ativa, no processo de planejamento, avaliação e controle das questões ambientais, registrando e divulgando as medidas adotadas e os resultados alcançados.

É importante frisar a necessidade da participação do Contador no processo Gestão Ambiental. De acordo com Martins e Luca (1994, p. 25) “a omissão de sua maior responsabilidade, que é fornecer informações aos mais diversos usuários, e que, se não cumprida, será realizada por profissional de outra área”.

Não obstante, sabe-se que não é fácil identificar os melhores mecanismos de mensuração e evidenciação. Todavia, os Contadores possuem as condições necessárias para intervir no processo e apresentar soluções que atendam às novas demandas dos usuários das informações contábeis.

4. Estudo de Caso - Petrobrás

4.1 Conhecendo a empresa

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás é uma sociedade de economia mista, com controle acionário da União, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que atua na exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados, no Brasil e no exterior. Sua atuação também abrange o segmento de gás natural e fertilizante, a indústria petroquímica e a distribuição de derivados de petróleo.

A empresa tem sede na cidade do Rio de Janeiro, possuindo escritórios e gerências de administração nas seguintes cidades brasileiras: Salvador, Brasília e São Paulo. Devido à alta competitividade do novo cenário da indústria de energia, a Petrobrás reposicionou-se em relação ao futuro, buscando utilizar os mais modernos instrumentos de gestão.

4.2 Ações da Petrobrás referentes ao Meio Ambiente

O Brasil vem chegando cada vez mais perto de atingir a auto-suficiência na produção de petróleo e derivados, o que deverá ser uma realidade a partir de 2005. Mas esta conquista da Petrobrás antecipou - mais rápido que o esperado - a necessidade de mudanças em seus modelos de segurança e gestão ambiental. Tudo começou em 2000, quando ocorreram vazamentos em oleodutos na Baía de Guanabara e no Paraná. Por isso, em janeiro de 2000, foram criadas novas políticas de segurança operacional já elaborado no País.

As ações da Petrobrás referente ao meio-ambiente estão substanciadas em 4 (quatro) grandes frentes de trabalhos: (a) Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; (b) Centro de Defesa Ambiental; (c) Programa de Excelência em Gestão Ambiental - PEGASO; (d) Gestão.

4.2.1 Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS

A Petrobrás elaborou suas SMS, que estão em vigor desde março de 2001. Foram planejadas várias diretrizes, que representaram um avanço significativo na consolidação de um novo modelo de gestão da empresa.

Para que a SMS atingisse seu estágio atual, foram consultadas as diversas esferas operacionais da empresa, que enviaram suas contribuições. Também foram analisadas as normas vigentes nas principais companhias petrolíferas no mundo. No final de 2001 a Diretoria aprovou o texto final das SMS.

O objetivo maior da SMS é a disseminação, em todos os níveis da empresa, de uma cultura de percepção do risco e preservação da vida. Dessa maneira a empresa passou a desenvolver capacidade de gerenciar os desafios cada vez maiores e mais complexos, com vistas ao cumprimento das metas previstas no Planejamento Estratégico da companhia.

A Petrobrás estabeleceu às seguintes diretrizes: (a) Liderança e Responsabilidade; (b) Conformidade Legal; (c) Avaliação e Gestão de Riscos; (d) Novos Empreendimentos; (e) Operação e Manutenção; (f) Gestão de Mudanças; (g) Aquisição de Bens e Serviços; (h) Capacitação, Educação e Conscientização; (i) Gestão de Informações; (j) Comunicação; (k) Contingência; (l) Relacionamento com a Comunidade; (m) Análise de Acidentes e Incidentes; (n) Gestão de Produtos; (o) Processo de Melhoria Contínua.

4.2.2 Centro de Defesa Ambiental - CDAs

A Petrobrás, seguindo os mais modernos padrões internacionais, instalou no país, a partir do final do ano de 2000 nove CDAs, cujo objetivo é assegurar máxima proteção a suas unidades operacionais em caso de emergência, aumentando significativamente sua capacidade de resposta a eventuais acidentes com vazamentos de óleo.

Localizados em pontos estratégicos de operação da empresa, os CDAs cumprem uma função de apoio. Ou seja, complementam os planos de contingência locais já existentes nos terminais, refinarias e demais unidades de negócio e de serviço da Companhia. As seguintes localidades possuem CDAs: Amazônia; Maranhão; Rio Grande do Norte; Bahia; Centro-Oeste (Goiânia); Bacia de Campos; Rio de Janeiro; São Paulo e Sul (Itajaí).

Cada um dos nove CDAs está equipado com balsas e barcos especiais, recolhedores de óleo, mantas absorventes e pelo menos 20 (vinte) metros de barreiras de contenção e absorção, além de veículos e aparelhos de comunicação, que podem rapidamente ser deslocados para combater emergências em qualquer ponto do País. Cada um deles é operado por cerca de 20 (vinte) profissionais treinados e a postos 24 (vinte e quatro) horas por dia. Além disso, esses profissionais participam regularmente de exercícios simulados, em conjunto com as comunidades, para garantir a máxima mobilização em caso de necessidade.

4.2.3 Programa de Excelência em Gestão Ambiental - PEGASO

A Petrobrás criou em janeiro de 2000, um dos maiores programas ambientais e de segurança operacional já elaborado no País, denominado PEGASO, coordenado por um grupo de trabalho que envolveu dez diferentes gerências, 80 (oitenta) especialistas e, posteriormente, todos os demais escalões da Companhia.

O PEGASO atua nas áreas de prevenção, contingência, resíduos, efluente, emissões, gestão, relacionamento com a sociedade e segurança do trabalho. Com vista a assegurar o adequado monitoramento da implementação das metas do PEGASO, a Petrobrás contratou uma empresa de Consultoria Internacional para apoio no monitoramento, controle e avaliações periódicas do programa, verificando a sua efetiva realização. Foram investidos cerca de 3,2 bilhões de reais, até 2003, nas diversas áreas do Sistema de Gestão Integrada.

4.2.4 Gestão

A nova conjuntura mundial vem direcionando as indústrias, principalmente as do setor petrolífero, cujas atividades são de alto risco, uma vez que seus produtos são intrinsecamente poluentes, a uma completa reavaliação dos métodos e cultura gerenciais.

Dessa forma, as questões de meio ambiente, segurança industrial e saúde deixaram de ser apenas uma exigência, punida com multas e sanções, sendo incorporadas em um quadro de ameaças e oportunidades, onde as conseqüências passaram a significar posições no mercado, bem como a própria sobrevivência das empresas petrolíferas. Tal mudança fez com que essas questões fossem integradas à gestão estratégica das companhias de petróleo, ocupando crescentemente as suas administrações superiores e requerendo um corpo técnico e um sistema gerencial cada vez mais aperfeiçoado.

Para executar um sistema de gestão ambiental, as equipes das áreas de segurança foram submetidas aos melhores cursos de aprimoramento existentes no Brasil e em outros países, para que a empresa esteja capacitada para combater e controlar quais acidentes que venham a ocorrer em função de suas atividades.

4.3 Análise dos dados

Inicialmente fez-se uma análise nos Relatórios de Administração (Quadro 1).

Relatório da Administração		
2000	2001	2002
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresenta as ações para preservação do meio-ambiente e a importância da responsabilidade social. ▪ Investimento de forma genérica dos projetos e programas de proteção ambiental e Sistema de Gestão Integrada de Meio-Ambiente. ▪ Descreve acidente com a P-36. ▪ Descreve vazamentos (acidentes) sem a indicação dos valores das multas. ▪ Notas Explicativas de processos judiciais generalizado sem valores. ▪ Investimentos em melhorias ambientais: R\$21,4 milhões. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresenta as ações para preservação do meio-ambiente e a importância da responsabilidade social. ▪ Investimento de forma genérica em projetos e programas de proteção ambiental e SGA. ▪ Investimento em Gestão da Segurança Operacional, Meio-ambiente e Saúde: R\$30 milhões. ▪ Descreve o acidente com a P-36. ▪ Cita as certificações das unidades operacionais com a ISO14000. ▪ Investimento em gestão: R\$113 milhões. ▪ Descreve vazamentos (acidentes) sem a indicação dos valores das multas. ▪ Notas Explicativas de processos judiciais generalizado sem valores. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresenta as ações para preservação do meio-ambiente e a importância da responsabilidade social. ▪ Investimento de forma genérica dos projetos e programas de proteção ambiental e SGA. ▪ Notas Explicativas: assistência a acidentados da P-36. ▪ Investimento em Gestão da Segurança Operacional, Meio-ambiente e Saúde: R\$2 bilhões. ▪ Reforma das certificações das unidades operacionais. ▪ Descreve vazamentos (acidentes) sem a indicação dos valores das multas. ▪ Investimentos em P&D tecnológica: R\$420 milhões ▪ Notas explicativas de processos judiciais generalizado sem valores.

Fonte: Petrobrás (2001, 2002 e 2003)

Quadro 1: Questões ambientais constantes nos Relatórios de Administração

Posteriormente, examinou-se às Demonstrações Contábeis (Quadro 2).

Demonstrações Contábeis		
2000	2001	2002
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimentos em pesquisa e 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Custo com P&D tecnológico: 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Notas Explicativas: questões

desenvolvimento tecnológico: R\$262 milhões. ▪ Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico: R\$84 milhões.. ▪ Receitas (Despesas) não-operacionais: R\$23.053 milhões ▪ Notas Explicativas: meio-ambiente.	R\$308.888 milhões ▪ Receitas (Despesas) não operacionais: R\$259.286 milhões. ▪ Notas Explicativas: valor das perdas promovidas pela P-36. ▪ Notas Explicativas de processos judiciais genéricas e sem valores. ▪ Outras informações relevantes a respeito do acidente com a P-36. ▪ Notas Explicativas: custos ambientais e de recuperação de áreas. ▪ Total da perda líquida com a P-36: R\$155.000 milhões.	ambientais. ▪ Notas Explicativas de processos judiciais genéricas e sem valores. ▪ Custo com pesquisa e desenvolvimento tecnológico: R\$420 milhões.
--	---	--

Fonte: Petrobrás (2001, 2002 e 2003)

Quadro 2: Questões ambientais constantes nas Demonstrações Contábeis

Em seguida, estudou-se os Relatórios Sócio-Ambientais (Quadro 3).

Relatório Sócio-Ambiental		
2000	2001	2002
▪ Apresentação do indicador ambiental que faz a relação dos investimentos relacionados a programas e/ou projetos externos sobre a Receita Operacional: 4,10%, bem como sobre a Receita Líquida: 1,15% ▪ Demonstração do desempenho ambiental, que quantifica os acidentes ambientais. ▪ Menção às políticas ambientais.	▪ Apresentação do indicador ambiental que faz a relação dos investimentos relacionados a programas e/ou projetos externos sobre a Receita Operacional: 8,70%, bem como sobre a Receita Líquida: 1,91% ▪ Demonstração do desempenho ambiental, que quantifica os acidentes ambientais. ▪ Menção às políticas ambientais, em especial ao PEGASO, que obteve investimentos da ordem de 1,4 bilhão. ▪ Descrição dos vazamentos ocorridos, bem como das multas (sem valores). ▪ Investimentos em projetos ambientais: R\$130 milhões. ▪ Descrição sobre os acidentes ambientais.	▪ Apresentação do indicador ambiental que faz a relação dos investimentos relacionados a programas e/ou projetos externos sobre a Receita Operacional: 17,2%, bem como sobre a Receita Líquida: 2,8% ▪ Demonstração do desempenho ambiental, que quantifica os acidentes ambientais. ▪ Menção às políticas ambientais, em especial ao PEGASO, que obteve investimentos da ordem de 1,9 bilhão. ▪ Investimentos em projetos ambientais: R\$252 milhões.

Fonte: Petrobrás (2001, 2002 e 2003)

Quadro 3: Questões ambientais constantes nos Relatórios Sócio-Ambientais

Com base nos dados analisados, verifica-se que a Petrobrás evidenciou de forma qualitativa, as questões ambientais, sem relacioná-las a dados monetários, o que diminui assim a objetividade, a comparabilidade e a confiabilidade da informação divulgada.

Nas notas explicativas de ambos os exercícios foram evidenciadas as contingências de natureza ambiental, jurídica, trabalhista e tributárias. Expressou-se o volume total, sem apresentar detalhes de como foi realizada a provisão, bem como quais critérios foram considerados.

Os Balanços Sociais são citados e detalhados os projetos de preservação ambiental e de novas tecnologias, as certificações ambientais, a política de investimento em proteção e segurança ambiental da indústria, assim como a preocupação com o tratamento de efluentes, resíduos, redução da emissão de gases e recuperação de áreas afetadas por acidentes. No entanto, a demonstração analítica (volume gasto por cada tipo de ação/programa), bem como os resultados efetivos dos gastos e investimentos relacionados ao meio-ambiente não estão sendo evidenciados.

4.4 Perspectivas e desafios

Em função do estudo realizado percebe-se que os Contadores tem um papel fundamental na condução da gestão ambiental das empresas, uma vez que poderão participar, ativamente, na construção de um modelo adequado para esta finalidade, a ponto de incentivar às empresas a implementarem gestões ambientais. O referido modelo não deverá se ater somente a mensuração dos custos, mas a apuração do retorno financeiro e social sobre os investimentos em ações de preservação ambiental.

Não obstante, verifica-se que apesar da grande similaridade de conceitos entre a contabilidade financeira e ambiental, a aplicação prática da Contabilidade Ambiental esbarra na dificuldade de mensurar e evidenciar os eventos relativos ao meio ambiente de forma mais precisa. Logo, tal dificuldade reveste-se em um grande desafio aos pesquisadores da área contábil, em especial àqueles que se dedicam à Contabilidade Ambiental.

5. Considerações Finais

No momento, observa-se um intenso movimento de mobilização por parte da Petrobrás em torno das questões ambientais, da segurança industrial e de saúde ocupacional o que pode ser expresso pelos resultados já alcançados, denotando que a implementação e a consolidação desses processos, programas e ações têm contribuído para o cumprimento da missão da empresa.

Todo esse processo determinou e determina mudanças profundas na cultura da empresa em relação a essas questões, proporcionando melhorias crescentes no desempenho da empresa. A implantação, manutenção e melhoria contínua de Sistemas de Gestão Integrados de Segurança Meio Ambiente e Saúde Ocupacional segundo as Normas Internacional ISO 14000, para a toda a empresa, foi um grande desafio cumprido em dezembro de 2001.

Através desta presente pesquisa, constata-se a ação, cada vez mais responsável por parte da Petrobrás com questões relacionadas à preservação do meio ambiente. Não obstante, ultima-se uma melhoria na qualidade da informação apresentada. Principalmente, no que se refere ao detalhamento quantitativo dos dados referentes às questões ambientais.

No material analisado, verificou-se que a informação a respeito dos investimentos que estão sendo realizados não é o bastante. Necessário se faz acrescentar dados sobre o sucesso desses investimentos, a evolução dos impactos de natureza ambiental sobre os resultados de cada período, assim como a evolução dos passivos ambientais da empresa. Percebe-se, assim à necessidade de uma divulgação mais clara, objetiva e precisa a respeito dos eventos ambientais.

Referências

BRAGA, Hugo Rocha. Contabilidade e o Meio Ambiente. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 58, out. /dez. 1991.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. Contabilidade Ambiental. **Pensar Contábil**. [S.I], v. 3, n. 8, p. 17-23, maio/jul. 2000.

BRASIL. Ministério das Relações Internacionais. **Protocolo Verde II - Um programa para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/temas_agenda/meio_ambiente/protocolo.asp>. Acesso em: 08 ago. 2003.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO; 1992; Rio de Janeiro. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução nº 44/228 da Assembléia Geral da ONU, de 22/12/1989, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativa. Brasília. Câmara dos Deputados, 1995. 471p.

DENARDIN, F. Valdir; VINTER, Gláucia. Algumas Considerações Acerca dos Benefícios Econômicos, Sociais e Ambientais Advindos da Obtenção da Certificação ISO 14000 pelas Empresas. **FAPE/UNOESC / Chapecó**[S.I].

FARIAS FILHO, José Rodrigues de; MOLLE Junior, Luiz; TORRES, Ronaldo Chaves. Evolução dos Sistemas de Gestão de Segurança e Meio Ambiente da Petrobrás. Rio de Janeiro: **Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2002**.

FERREIRA, Tadeu. **Temas Contábeis em Destaque - Passivo Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <<http://www.abtcp.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2003.

FOELKEL, Celso. **Meio ambiente como oportunidade de gestão empresarial**. Disponível em: <<http://www.abtcp.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S. e BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. **Normas e Procedimentos de Auditoria NPA 11: Balanço e Ecologia**. São Paulo: IBRACON, 1995. 10 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. Contabilidade Ambiental como Sistema de Informações. **Revista Brasileira de Contabilidade**. [S.I], v. 31, n. 133, p. 69-83, jan./fev. 2002.

MARTINS, Eliseu e LUCA, Marcia M. Mendes. Ecologia Via Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v. 23, n. 86, p. 20-29, mar./dez. 1994.

MARTINS, Eliseu e RIBEIRO, Maísa de Souza. A Informação como Instrumento de Contribuição da Contabilidade para a Compatibilização do desenvolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente. **IBRACON**. Boletim 208, São Paulo, 1995.

NUNES, José Wilson. **A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável sob a ótica da contabilidade ambiental**. 16º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

PETROBRAS. **Relatório Anual** (2000,2001,2002,2003).

PETROBRAS. **Relatório Anual de Responsabilidade Social** (2000,2001,2002,2003).

PETROBRAS. **Análise Financeira e Demonstrações Contábeis** (2000,2001,2002,2003).

RAUPP, Elena Hahn. Desenvolvimento Sustentável: A Contabilidade num Contexto de Responsabilidade Social de Cidadania e Meio Ambiente. **Revista de Contabilidade do CESP**. São Paulo, v. 6, n. 20, p. 46-60, jun. 2002.

REBOLLO, Mário Guilherme. A Contabilidade Como Geradora de Informações sobre o Meio Ambiente. **Pensar Contábil**. [S.I], v. 3, n. 9, p. 33-38, ago./out. 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza e LISBOA, Lázaro Plácido. Passivo Ambiental. **Revista Brasileira de Contabilidade: Suplemento Especial**. Brasília, v. 29, n. 126, p. 8-19, nov./dez. 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Custeio das Atividades de Natureza Ambiental**. Tese de Doutorado apresentado a FEA/USP. São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Maisa de Souza e GONCALVES, Rosana C.M. Grillo; LIMA, Sandro Alves de. Aspectos de Contabilização do Passivo e Ativo Ambientais nas Termelétricas Brasileiras. **Revista de Contabilidade do CRCSP**. [S.I], v. 6, n. 20, p. 4-12, jun. 2002.

SOARES, Eurídice e ANDRADE, Mamede de. A evidenciação dos Passivos Ambientais. **Pensar Contábil**. [S.I], v. 3, n. 9, p. 49-53, ago./out. 2000.

SOUSA, Marcos Francisco Rodrigues de et al. Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre sua aplicabilidade em Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**. São Paulo, v. 16, n. 27, p. 89-99, set./dez. 2001.

TINOCO, João Prudência. Meio Ambiente e Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v. 23, n. 89, p. 24-31, nov./dez. 1994.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo. Atlas, 2000.